



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

REQUERIMENTO Nº DE - CE



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância da educação para o combate à disseminação das Fake News".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Carla Arena, Sócia-Diretora da Amplifica;
2. João Alegria, Diretor-Geral do Canal Futura;
3. Patrícia Blanco, Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta;
4. Marlova Jovchelovitch Noletto, representante da Unesco no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

As gerações atuais acompanham e participam de transformações muito rápidas no mundo. São verdadeiras revoluções na forma de produzir e consumir as coisas, mas também nas comunicações, nas relações sociais, nos costumes e nas formas de sociabilidade. A tecnologia tem permitido que tudo seja reportado de forma mais rápida, com impactos quase imediatos na vida das pessoas.

Essa velocidade proporciona ganhos incomensuráveis, mas também apresenta riscos.

No campo das comunicações e das relações sociais um problema premente é o da disseminação de notícias falsas, boatos e desinformação, que temos convencionado chamar generalizadamente de “fake news”. Os impactos negativos desse fenômeno nas relações sociais são evidentes, como a redução da confiança no tecido social, criação de riscos à honra e à segurança das pessoas e até mesmo riscos institucionais, como desvirtuamento do processo político e do jogo democrático.

Em grande medida, o fenômeno das “fake news”, tem origem nas grandes possibilidades de criação de conteúdo que as novas tecnologias trouxeram, mas as máquinas não podem ser responsabilizadas por tudo. Diante disso, é necessário encontrarmos forma de combater o uso inadequado delas sem incorrer em restrições desarrazoadas ao direito das pessoas de produzir e de divulgar o pensamento, a arte e o saber. Afinal, a liberdade de expressão é um direito humano, cujo exercício é protegido expressamente em nossa Constituição Federal.

É preciso, então, encontrarmos formas de assegurar que os cidadãos tenham acesso a meios de discernir entre fato, opinião, boato e outras formas de mensagens, tomando decisões informadas sobre o que leem ou assistem e sobre o que compartilham nas redes sociais. O caminho para isso é a educação.

Em matéria publicada na Folha de São Paulo no dia 26 de setembro, com o título “Precisamos falar sobre educação midiática”, Patricia Blanco e Mariana Mandelli, argumentam que é necessário colocar em prática dispositivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apontam para a responsabilidade da educação com um ambiente informacional ético. Nesse sentido, propõem o ensino para a avaliação crítica das mídias, como uma estratégia de cidadania. A isso chamam de “educação midiática”.

Afirmam as autoras que “a educação midiática é um conjunto de habilidades que precisam ser desenvolvidas pelas crianças e jovens para que possam ler informações de maneira reflexiva, produzir conteúdos com responsabilidade e, com isso, participar ativamente da sociedade”

Nesse sentido, propomos a realização desta audiência pública com o objetivo de debater as diversas possibilidades da educação para enfrentar a guerra de desinformação a que somos submetidos todos os dias. Julgamos que somente por meio da aprendizagem para diferenciar e criticar os diversos tipos de mensagens, além da reflexão sobre as implicações éticas daquilo que compartilhamos, podemos ajudar a construir uma sociedade onde a informação seja instrumento de coesão social e não de anomia e descrédito.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2019.

Senador Eduardo Gomes
(MDB - TO)